



## **A CIDADE CONTEMPORÂNEA E OS SUJEITOS SURDOS: O DESAFIO DE PENSAR A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO**

**Patrícia dos Santos Dias**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

pdias181@globo.com

**Eugênia Maria Dantas**

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Geografia

eugeniadantas@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Patrícia dos Santos Dias y Eugênia Maria Dantas (2020): "A cidade contemporânea e os sujeitos surdos: o desafio de pensar a acessibilidade e a inclusão", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (diciembre 2020). En línea:  
<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/12/acessibilidade-inclusao.html>

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo refletir, de maneira introdutória, sobre acessibilidade e inclusão dos Surdos na cidade contemporânea, a partir de uma abordagem geográfica. As reflexões desenvolvidas aqui são um recorte de discussões que estão sendo realizadas em pesquisa de doutoramento em Geografia (UFRN) que pretende explorar as deficiências das cidades na perspectiva do sujeito Surdo. Partiremos da discussão sobre cidade contemporânea, para afunilar o pensamento até o debate da cidade inclusiva com ênfase nos Surdos e sua comunidade. Os Surdos vivem nos espaços urbanos, portanto, são sujeitos geográficos por excelência, são também invisíveis aos olhos da maioria. O debate da inclusão e acessibilidade está presente em outras Ciências Sociais, portanto, a Geografia pode corroborar com essas pesquisas ao aproximar-se de temas que estão latentes no espaço urbano, uma vez que acompanham a dinâmica da complexidade da cidade, dos debates sobre as minorias e da própria ciência geográfica. A metodologia deste trabalho se dá a partir da discussão teórico-conceitual sobre a cidade contemporânea, a cidade inclusiva e as possibilidades de pensar o espaço urbano a partir do olhar do sujeito Surdo.

**Palavras-chaves:** Cidade inclusiva, comunidade surda, geografia dos Surdos.

## **THE CONTEMPORARY CITY AND THE DEAF SUBJECTS: THE CHALLENGE OF THINKING ACCESSIBILITY AND INCLUSION**

### **Summary**

This article aims to reflect, in an introductory way, on accessibility and inclusion of the Deaf in the contemporary city, from a geographical approach. The reflections developed here are an excerpt of discussions that are being carried out in doctoral research in Geography (UFRN) that intends to explore the deficiencies of cities in the perspective of the Deaf individual. We will start from the discussion about contemporary city, to funnel thought to the inclusive city debate with an emphasis on the Deaf and their community. The Deaf exist and live in urban spaces, therefore, they are par excellence geographic subjects, they are also invisible to the eyes of the majority. The inclusion and accessibility debate is present in other Social Sciences, therefore, Geography can corroborate these researches by approaching themes that are latent in the urban space, since they follow the dynamics of the city's complexity, the debates about the minorities and geographic science itself. The methodology of this work is based on the theoretical-conceptual discussion about the contemporary city, the inclusive city and the possibilities of thinking the urban space from the perspective of the Deaf subject.

**Keywords:** Inclusive city, Deaf Community, Deaf geography.

## **LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA Y LOS SORDOS: EL DESAFÍO DE PENSAR LA ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN**

### **Resumen**

Este artículo pretende reflexionar, de forma introductoria, sobre la accesibilidad e inclusión de las personas Sordas en la ciudad contemporánea, desde un enfoque geográfico. Las reflexiones desarrolladas aquí son un extracto de las discusiones que se están llevando a cabo en la investigación de doctorado en Geografía (UFRN) que tiene la intención de explorar las deficiencias de las ciudades en la perspectiva del individuo Sordo. Comenzaremos desde la discusión sobre la ciudad contemporánea, para canalizar el pensamiento hacia el debate sobre la ciudad inclusiva con énfasis en los Sordos y su comunidad. Los Sordos existen y viven en espacios urbanos, por lo tanto, son sujetos geográficos por excelencia, también son invisibles a los ojos de la mayoría. El debate sobre la inclusión y la accesibilidad está presente en otras ciencias sociales, por lo tanto, la geografía puede corroborar estas investigaciones al abordar temas que están latentes en el espacio urbano, ya que siguen la dinámica de la complejidad de la ciudad, los debates sobre el minorías y ciencia geográfica en sí. La metodología de este trabajo se basa en la discusión teórico-conceptual sobre la ciudad contemporánea, la ciudad inclusiva y las posibilidades de pensar el espacio urbano desde la perspectiva del sujeto Sordo.

**Palabras clave:** Ciudad inclusiva. Comunidad Sorda. geografía Sorda.

## Introdução

No Brasil, de acordo com Lombardi (Lombardi, Luiza, & Sahr, 2015), apenas nos últimos anos, as pessoas com deficiência começaram a ter visibilidade na sociedade. Esse grupo vem se mobilizando e reivindicando o direito da inclusão nos mais diversos espaços. É o caso dos Surdos<sup>1</sup>, que, por meio da criação e do crescimento de Comunidades Surdas em todo o país, têm se fortalecido e se organizado na luta por direitos. De acordo com o último Censo Demográfico (2010), quase 10 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência auditiva, representando 5% da população do país. Dessa parcela, dois milhões têm doença auditiva mais grave e 1,7 milhão sentem dificuldades para ouvir, além de 344,2 mil surdos.

Existem questionamentos sobre as informações disponibilizadas a respeito dos deficientes auditivos no Censo de 2010. Com base nesse recenseamento, sabe-se que 9.717.318 pessoas se autodeclararam não ouvir perfeitamente. Isso não quer dizer necessariamente que essas pessoas sejam surdas. O Censo apresentou uma única questão com relação à audição e que não contempla informações relativas à Comunidade Surda. Essa questão buscava saber apenas o quanto a pessoa ouve e a pergunta foi vinculada ao uso do aparelho auditivo. Não se pode concluir, a partir da análise das respostas a essa única pergunta, se a pessoa clinicamente tem uma deficiência auditiva ou se faz uso da Libras. Espera-se que, após a aplicação do Censo de 2021, novos e atualizados dados nos sejam disponibilizados para um melhor entendimento quantitativo dessa população no país.

Sendo assim, é possível notar que o número populacional exato de pessoas com surdez é desconhecido, por esse motivo é evidente a importância de estudos que abordem essa temática da surdez. Ademais, esse grupo populacional tende a aumentar, pois fatores como a maior expectativa de vida dos brasileiros propiciam o surgimento de certo grau de surdez, uma vez que, após 60 anos de idade, o indivíduo pode começar a ter perdas significativas de audição<sup>2</sup>. Portanto, é natural que a porcentagem de brasileiros que sofrem com a perda da capacidade de ouvir seja maior em relação aos anos anteriores.

No Brasil, o entendimento dos Surdos como pessoas que possuem uma língua e uma cultura próprias veio construindo-se e fortalecendo-se no nosso país a partir da década de 1980. De modo geral, até a década de 1980, a visão que se tinha da surdez era médica e pautada na deficiência (Brito, 2013). Um marco para a Comunidade Surda brasileira foi a Lei de Libras (Lei nº 10436/2002), indispensável para que os Surdos buscassem garantir direitos correlacionados ao uso, ao ensino e aprendizagem da Libras (Brito, 2013). A visão historicamente construída de que a pessoa com surdez profunda se comunicava por meio de mímica foi conceitualmente e legalmente superada. Toda uma identidade coletiva e uma ideologia estão sendo consolidados com base no discurso da surdez como particularidade linguística e cultural. Nem de longe isso pode significar a solução para o 'mar de problemas' que essa parcela da sociedade está imersa, mas, com isso, já é possível vislumbrar uma mudança de cenário. Podemos comparar essa

---

<sup>1</sup> Para fins de esclarecimento, neste artigo, reconhecemos o uso da palavra Surdo(s) com "S" maiúsculo como referência àqueles indivíduos que se identificam como surdos e interagem com a Comunidade Surda.

<sup>2</sup> <https://jornal.usp.br/atualidades/quase-30-milhoes-de-brasileiros-sofrem-de-surdez/>

mudança a uma nuvem que traz uma fina camada de chuva sobre a vegetação sedenta, fazendo o verde brotar.

Para analisarmos a cidade contemporânea considerando as particularidades dos sujeitos Surdos, como proposto neste artigo, faz-se necessário acompanhar o pensamento presente nas pesquisas mais atuais no campo dos Estudos Surdos, pois eles vêm proporcionando uma nova abordagem sobre essa situação. Hoje essa comunidade é pensada como um grupo identitário caracterizado por elementos próprios que marcam sua diferença e não como um grupo de pessoas marcadas pela deficiência e pela ânsia de cura ou normalização. De acordo com Sá (2006), os Estudos Surdos são aqueles que incluem a experiência da surdez e consideram os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa não ouvinte se desenvolve. As particularidades dos sujeitos Surdos, segundo Skliar (1998), são pautadas na pesquisa que estudam as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte. As comunidades e as Culturas Surdas são entendidas a partir da diferença e de seu reconhecimento político.

Esse entendimento, entretanto, ainda não avançou de modo uniforme na sociedade e nas pesquisas. Os Surdos brasileiros continuam sendo abordados em estudos, porém de modo insuficiente. Isso se deve ao fato de algumas pesquisas privilegiarem apenas um aspecto da realidade deles e desconsiderarem a totalidade das suas ações, sentimentos e desejos em relação à cidade e aos objetos com os quais eles interagem. Isto posto, é necessário discutir como o Surdo vive atualmente na cidade. Não se trata apenas de debater a inclusão nas escolas, mas sim de ampliar o debate para discutir a acessibilidade e inclusão dessas pessoas nas cidades como um todo.

O espaço citadino para a pessoa Surda é um tema pouco estudado no âmbito da Geografia, configurando-se um campo ainda aberto à exploração. Existe uma lacuna quanto às características espaciais que afetam esse grupo no seu cotidiano, especialmente no deslocamento pelos espaços citadinos que envolvem as barreiras físicas e socioculturais. A seguir, será construída uma breve reflexão sobre a cidade contemporânea, os Surdos e a abordagem dessa temática na Geografia. Além disso, abordar-se-á a cidade cuja complexidade é revelada diante das presentes transformações socioespaciais e dos novos temas que surgem para debate. A metodologia deste artigo se dá a partir da discussão teórico-conceitual sobre a cidade contemporânea, a cidade inclusiva e as possibilidades de pensar o espaço urbano alicerçado no sujeito Surdo. As reflexões desenvolvidas aqui são um recorte de pesquisa de doutoramento em Geografia (UFRN) sobre as deficiências das cidades na perspectiva do sujeito Surdo.

## **1. A cidade contemporânea e o debate da inclusão**

Quando se pensa nos estudos sobre a cidade do tempo atual, percebe-se que há uma gradativa inserção de novas temáticas de pesquisa ao longo do tempo. Até a década de 1970, a cidade era vista como organismo funcional, não havia a preocupação de estudar as contradições sociais que existiam. A partir da década de 1980, pode ser vislumbrada uma maior abertura do pensamento e a inserção de temas relacionados ao modo de vida urbano e seus antagonismos,

como, por exemplo, os processos de socialização e segregação social (Cosenza & Resende, 2006).

Certamente, a definição do vocábulo “cidade” existente nos dicionários é insuficiente e incompleta diante das grandes transformações que se observa no espaço urbano hoje. De acordo com Secchi (2005, p.87-89), a definição para cidade contemporânea aciona termos como “fragmentação”, “heterogeneidade”, “descontinuidade”, “desordem” e “caos”. É costumeira a descrição da cidade como se fosse um confuso quebra-cabeças, como na citação a seguir:

A cidade dita contemporânea não tem as características idênticas em toda parte do mundo ocidental, e muito menos em toda parte do mundo; entretanto, a cidade moderna propõe temas e problemas que, em combinações diversas, são reencontrados em todo lugar e que, portanto, podem tornar-se objeto de reflexões gerais. (...) A cidade se torna cada vez mais o lugar da diferença, acervo de minorias culturais, religiosas, linguísticas, étnicas, de níveis de renda, de estilos de vida, de arquiteturas e saberes que tentem a se isolar, mediante complexos processos de exclusão – inclusão.

Há uma dificuldade, por parte dos teóricos, para elaborar uma definição única e aceita por todos de cidade, dada a essa sua complexidade e obscuridade. Lencione (2008) apresenta observações gerais sobre o uso dos conceitos de cidade e de urbano, tendo como referência a realidade brasileira, em que o conceito de cidade pode referir-se, desde às cidades de 2 mil habitantes até cidades de milhões de habitantes. O critério de tamanho da população na conceituação de cidade, como destaca a autora, é pouco frutífero e, para evitar obscurecer ainda mais a discussão, é crucial situá-lo historicamente. Por isso, faz-se referência aqui a uma cidade cuja complexidade é revelada diante das atuais transformações socioespaciais e dos novos temas que surgem para debate.

A cidade se anuncia como espaço para vida pública, lugar de idealização do exercício da liberdade e da diferença, bem como da construção dos marcos civilizatórios que retira o homem da natureza e o põe no mundo da cultura. Essa noção, calçada na justiça e na igualdade, mostrou-se aquém do que foi experimentado ao longo do tempo. Se, por um lado, tivemos avanços no que diz respeito aos graus de urbanidade e de urbanização que levaram a melhoria das condições de vida quanto a ampliação da longevidade, controle de doenças, elevação dos indicadores educacionais. Por outro, esses avanços também revelaram as diferenças sociais encravadas e espalhadas territorialmente. Enfim, acompanhando esse contexto, a cidade se revelou, em parte, protagonista de um processo civilizatório vinculados a implementação de condições sanitárias, mas, ao mesmo tempo expôs, de modo ampliado, os problemas avolumados pelas diferenças sociais.

De fato, os habitantes das cidades, muitas vezes, não são considerados nos estudos urbanos e geográficos, por esse motivo o pesquisador precisa de coragem para abordar o sujeito na Geografia (Lima, 2014). Essa falta de inclusão do sujeito no debate da cidade reduz o olhar do pesquisador e a análise do espaço urbano na sua totalidade. É importante considerar, nesses estudos, as questões humanas que nela existem. Essa é uma preocupação iniciada na década de 1980 diante das mudanças do modo de vida urbano e seus antagonismos. Segundo Silva (2000, p.9):

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade.

Realizar uma análise macro da cidade é importante, mas o pesquisador não deve esquecer das microrrelações e das microssituações que se estabelecem, muitas delas estão à margem do planejamento. Isso porque a cidade contemporânea agrega, segrega, exclui e evidencia as complexidades e as contradições da convivência humana e se encontra em constante processo de reorganização. Cosenza & Resende (2006, p.32) corroboram com essa perspectiva ao afirmarem que:

Mais que um espaço físico, a cidade configura um espaço de convivência, cidadania, conflitos, revoluções e conquistas que devem estar ao alcance de todos os cidadãos. Caso contrário, ela se torna um poderoso instrumento de exclusão, promovendo o agravamento das desigualdades sociais.

A cidade não é só esse espaço da diferença, da complexidade, de contradições de interesses, de disputas de poder, mas é também o espaço de exercício da cidadania – uma vez que a exclusão é uma realidade inerente a todas as sociedades –, bem como é resultado do sistema econômico e social. Portanto, esse espaço urbano é multidimensional, global e variável, e as pessoas o vivenciam de diferentes formas e intensidades. (Marques & Rasteiro, 2018)

Olhar para a cidade contemporânea é deparar-se com um lugar com vida coletiva fervilhante e com composição heterogênea da sua população. Por isso, é importante pensarmos em como os sujeitos que não têm voz ativa estão habitando e vivendo essa cidade. Corroborando para isso, os parâmetros gerais do entendimento de cidade inclusiva surgem a fim de expressar a necessidade de lançar um olhar para a cidade considerando as minorias e suas necessidades. Segundo Vanin & Tartarotti (2017, p.26):

O bem-estar social pressupõe uma vida sadia, em um ambiente físico que apresente estrutura eficiente e serviços que possam satisfazer às necessidades da população, inclusive às específicas de grupos vulneráveis. Nesse sentido, a cidade – enquanto ambiente construído – necessitará de planos políticos que possibilitem o desenvolvimento de suas funções sociais de forma a garantir o bem-estar dos habitantes, tornando-se inclusiva.

Somando-se essa noção de bem-estar com o pensamento de Rosnay (1975) no seu livro “O Macroscópio, para uma visão Global”, pode-se pensar a cidade como uma organização que é, ao mesmo tempo, infinitamente grande e complexa. O infinitamente complexo da cidade, no contexto da acessibilidade e da inclusão, está pautado, por exemplo, nas necessidades de tantas variações de pessoas que devem ser levadas em consideração no planejamento urbano. Essa cidade contemporânea que quer ser sustentável, acessível e inclusiva<sup>3</sup> é dinâmica e faz parte de um mundo globalizado. Contudo, ela é, ao mesmo tempo, particular e autônoma em suas partes, possuindo grande riqueza de detalhes, muitos deles perdidos quando observados sob uma perspectiva “macroscópica”.

---

<sup>3</sup> As palavras “sustentável”, “acessível” e “inclusiva” são, comumente, adjetivos para a cidade nos mais variados estudos e debates sobre a cidade ideal.

Falar de cidade inclusiva tem a ver, portanto, com o entendimento maior do papel desse lugar. Pode-se dizer também que abordar a cidade sob essa perspectiva: é vislumbrar o crescimento com equidade; é desejar que esse espaço de vida coletiva seja um lugar onde todos, independentemente das diferenças, possam estar habilitados e capacitados para participar plenamente das oportunidades sociais, econômicas e políticas que elas têm para oferecer; é repensar os paradigmas e os modelos de governança e de planejamento das cidades; é voltar o olhar para uma cidade que:

de um ponto de vista ideal, seria aquela que permite que as pessoas desenvolvam suas atividades independentemente do tipo de limitação que possuam, tendo como diretriz que os mesmos equipamentos e infraestrutura pública devem estar preparados para atender a todos de maneira universal, igualitária e inclusiva, sabendo-se, entretanto, que tal conceito deve servir como um norteador para ações específicas. (Vanin & Tartarotti, 2017, p.24).

Pensar a inclusão nas cidades não é fortalecer discursos utópicos, mas encorajar uma prática de pesquisa e de planejamento urbano que seja transformadora e efetiva. Segundo Marques & Rasteiro (2018, p. 153):

Aprender a planejar a cidade inclusiva, no sentido mais amplo desse conceito, significa adotar uma “nova cultura da construção da cidade” entendida como a soma de todos os aspectos culturais, econômicos, tecnológicos, sociais e ecológicos que influem na qualidade e no processo de planejamento e construção. Consideramos que essa visão deveria compreender todo o espaço da cidade, público e privado.

A diversidade faz parte da cidade contemporânea e, por esse motivo, torna-se um grande desafio tentar estabelecer meios de compromisso social no sentido de buscar diminuir as desigualdades sociais. Para efetivação da cidade inclusiva, o planejamento participativo é fundamental e envolve ações no campo do Urbanismo (equipamentos); da Cultura (reconhecimento e participação social); das ações socioeconômicas e educativas; da inovação política e legal; de tecnologias da Informação; e de comunicação (Marques & Rasteiro, 2018). Por conseguinte, os geógrafos também podem desafiar-se. Segundo Oliveira Poll (2006):

Os Geógrafos têm o compromisso de entender e melhorar o espaço; sua formação acadêmica, a prática da observação do entorno e uma preparação específica complementar, permitem aos geógrafos abordar os estudos de acessibilidade e colaborar em equipes multidisciplinares. Os espaços (da cidade) podem ser vividos pelos habitantes de qualquer idade e condição física e mental, de forma sustentável, saudável e acessível.

Com o aumento do número de pessoas com deficiência física, faz-se necessária uma adaptação dos espaços urbanos para remediar os espaços excludentes e propiciar entornos acessíveis e integradores. Por esse motivo, os geógrafos podem participar desse debate da acessibilidade e da inclusão, juntamente com outros pesquisadores, a partir de uma escala microgeográfica de análise (Poll, 2006).

## **2. O sujeito Surdo na cidade: acessibilidade e inclusão**

A cidade contemporânea evidencia a organização espacial tal como se estivéssemos a contemplar o mapa de uma rede hidrográfica com drenagem em formato dendrítico.

Assemelhada a essa formação, ela apresenta meandro com extensões e alcances distintos, o que nos faz enxergar inúmeras feições tecendo o seu espaço e a sua morfologia. Nesse mapa de contornos variados, a legenda dos espaços das minorias (SILVA, 2007, p. 2), como o das mulheres profissionais do sexo, dos homossexuais, dos moradores de rua, dos ambulantes, das pessoas com deficiência, ficou invisível para a ciência geográfica por muito tempo. É certo que temos avançado nos estudos sobre as espacialidades das minorias, mas, é correto, também, que muito ainda precisa ser estudado, e aqui destaca-se o espaço dos Surdos na cidade.

De forma geral, o termo “surdo” (com s minúsculo) é abrangente de tal modo que devemos levar em consideração que existem vários graus de surdez. Como nos alerta Sacks (2010), dependendo do grau de surdez, há mudanças qualitativas na vida da pessoa. Há pessoas que têm “dificuldade para ouvir” e existem os “profundamente surdos” ou totalmente surdos. Além de diferentes graus de surdez (leve, moderada ou profunda), existem ainda as diferenças na idade ou estágio em que a surdez ocorre: sempre surdo, surdo antes do aprendizado da língua portuguesa, ou após esse aprendizado. Os surdos, em especial os nascidos nessa condição, foram historicamente considerados deficientes e incapazes de terem uma vida social, incapazes de receber instruções (especialmente do modo tradicional) e incapazes de terem um trabalho e acesso ao lazer, à cultura, aos serviços, etc. Segundo Sacks (2010, p. 15):

A situação das pessoas com surdez pré-linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala, e portanto “mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como pouco mais do que imbecis — a sorte dos surdos era evidentemente medonha.

A partir da década de 1970, muitas mudanças são observadas no mundo. De acordo com Santos (2006), estamos no período técnico-científico-informacional e o mundo sofreu alguns avanços na técnica, na ciência e na informação, tornando-se globalizado. Como consequência disso, afetou-se a vida urbana, assim como a vida e a organização de todos os surdos nas cidades. Os grupos de pessoas com deficiência<sup>4</sup> vão se tornando vozes que gritam ou sussurram na luta por direitos que viabilizem suas necessidades.

Atualmente o sujeito Surdo (com S maiúsculo) aparece como uma variação, ele é o infinitamente pequeno e complexo, e a cidade precisa se organizar considerando esse sujeito como parte de um tecido de necessidades. Não é possível dissociar o Surdo da cidade como alguém específico demais e, portanto, desconsiderá-lo. Ele é um sujeito a mais em meio a essa diversidade que está dentro desse panorama espacial citadino que se mostra deficiente e incapaz de atender a todos. No Brasil, o reconhecimento da importância do Surdo sujeito citadino ocorre quando, por exemplo, se oficializa a Libras como segunda língua do país. Outro exemplo

---

<sup>4</sup> Atualmente, os termos “pessoas deficientes”, “surdo-mudo”, “pessoas com necessidades especiais”, “pessoa portadora de necessidades especiais” não são utilizados. O termo correto é “pessoa com deficiência”, definido na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (também denominado Estatuto da pessoa com deficiência), em 5 de janeiro de 2016, sancionada em 6 de julho do ano anterior.

ocorre dentro das universidades, pois se pode observar uma progressiva ampliação do acesso de pessoas surdas<sup>5</sup>.

Apesar de se estar vivenciando esse momento de ampliação da Libras no Brasil, os Surdos lutam diariamente para superar os estereótipos e os preconceitos. Os avanços tecnológicos, culturais (Libras) e a maior aceitação do Surdo e de sua comunidade na sociedade brasileira são fundamentais para a progressiva melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Entretanto, situações cotidianas que podem ser comuns para os ouvintes tornam-se, em muitos casos, desafiadoras para um sujeito Surdo. Se esse indivíduo não consegue se comunicar em Libras e/ou em português, por exemplo, cria-se uma barreira social e esse sujeito “naturalmente” é levado ao isolamento socioespacial<sup>6</sup>. Isso acontece porque é por meio da comunicação que adquirimos informações para realizarmos nossas capacidades intelectuais. Para Sacks (2010, p.19):

Ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, ficaremos incapacitados e isolados, de um modo bizarro – sejam quais forem nossos desejos, esforços e capacidades inatas. E, de fato, podemos ser tão pouco capazes de realizar nossas capacidades intelectuais que pareceremos deficientes mentais.

No caso dos Surdos, ao olharmos para a cidade e procurarmos pensar no modo como essas pessoas estão vivendo esse lugar, percebemos que a cidade é estruturalmente deficiente para elas, uma vez que ela não consegue atendê-los na sua primeira necessidade: a da comunicação. Apesar das dificuldades vivenciadas, o Surdo não quer ser visto como um deficiente, mas sim como uma pessoa que pode e tem o direito de viver a cidade, realizando todas as atividades da vida social e urbana.

Muitos são os estudos que tratam, por exemplo, da questão da educação e da inclusão dos Surdos nas escolas. Em pesquisa realizada por meio da Biblioteca da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), grande parte das publicações sobre esse assunto estão voltados para uma análise da questão educacional e de aprendizagem dos Surdos, ou para a importância da questão bilíngue, ou da Libras como língua em si, ou do atendimento especializado ou do processo de inclusão educacional. Entretanto, a vida de um indivíduo vai muito além de ir e voltar para a escola, inclui, por exemplo, todos os direitos de acesso à cidade e às suas edificações, e aos serviços que lhe são, muitas vezes, negados por falta de um intérprete.

Mesmo com o aumento de pesquisas e de reflexões acadêmicas acerca dos Surdos (notadamente após 2010<sup>7</sup>), existe um vazio nas análises de gestão urbana. Há, certamente, uma

---

<sup>5</sup> A Lei de Acessibilidade (nº. 10.098 de 19/12/2000) dita que as universidades deverão estar aptas a receberem alunos Surdos.

<sup>6</sup> Nesse estudo, entendemos que o espaço do qual falamos na Geografia é o espaço social e não outro. Utilizar apenas a palavra “espacial” já traz em si um conteúdo social atrelado, ao passo que o termo “socioespacial” pode ser admitido em referência às relações sociais e ao espaço social Catalão (2011).

<sup>7</sup> No repositório institucional da UFRN, apareceram listados 162 trabalhos que direta ou indiretamente abordaram a surdez. Entre 2000 e 2009, foram encontrados 34 estudos, e, entre 2010 e 2019, um total de 128 estudos, demonstrando

carência de estudos da análise geográfica dessas pessoas nas cidades. O cotidiano (KAPP, 2012, p.469), o trabalho, a vida social, o deslocamento, o lazer e a organização da Comunidade Surda são também alguns dos fatores importantes para a compreensão dos Surdos nas cidades. Uma análise geográfica da organização socioespacial desses sujeitos pode proporcionar novas reflexões e contribuições a respeito dessa população, bem como uma reflexão mais ampla do fenômeno urbano.

Do ponto de vista da abordagem geográfica dos Surdos, não foram localizados no banco de dados da UFRN estudos que se dedicam a esse tipo de análise. Silva (2005) reforça que linguistas, fonoaudiólogos, sociólogos, psicólogos e neurologistas já constataram a apropriação diferenciada e aguçada dos Surdos em relação ao espaço. O espaço é o objeto de estudo da geografia, por esse motivo, a autora faz o convite aos geógrafos para estudar a utilização, a apreensão e a representação do espaço pelos Surdos. A especificidade dos Surdos não se manifesta apenas na utilização da língua de sinais, mas também na percepção e na utilização dos espaços da cidade.

A Geografia tem evoluído e pode contribuir para o estudo de temas como a deficiência. Nessa direção, estudos no âmbito da geografia urbana e cultural podem auxiliar e tornar visíveis os atores sociais que começam a lutar pelo direito de viver na cidade de forma participativa. Existem pesquisadores fora do país que já se dedicam a essa abordagem, constituindo as chamadas “Geografias Surdas” ou “Geografia dos Surdos”<sup>8</sup>. De acordo com Gulliver & Kitzel (2015), as Geografias dos Surdos existem no ponto de encontro entre os Estudos Surdos e a Geografia humana e representam uma poderosa ferramenta para validar as realidades dos Surdos.

Santos (2008) afirma que o campo de trabalho da Geografia também consiste em analisar as relações sociais existentes no espaço geográfico e os Surdos enquanto sujeitos com seus objetivos, metas e reivindicações, eles são constituintes da cidade e do espaço geográfico. Os Surdos procuram consolidar sua atuação nos espaços que ocupam criando seu espaço social, permeado por uma língua e cultura próprias. As lutas dos Surdos para essa autora possuem uma territorialidade que perpassa a esfera do econômico, do social, do cultural, enfim, do ambiente, desde seu espaço local, particular, único, pessoal, até seu eu coletivo, ou seja, o que ele representa enquanto indivíduo em âmbito global.

A realidade política, econômica e técnica das cidades está em permanente mudança, assim como a capacidade de organização dos Surdos no espaço urbano. Assim sendo, faz-se imprescindível avançar no entendimento da Cultura Surda e lançar um olhar sobre as pessoas Surdas, entendendo-as como parte ativa (não passiva) da cidade e, por conseguinte, com suas opiniões e necessidades (culturais, turísticas, educacionais, de saúde, espaciais, linguísticas etc.) consideradas.

---

o aumento de interesse pela temática, talvez favorecido pela criação do curso de Letras – Libras na UFRN no ano de 2013.

<sup>8</sup> <https://deafgeographies.com/resources/>

Essa parcela da população enfrenta dificuldades para conseguir realizar atividades cotidianas e vivenciar plenamente os espaços da cidade. Essas dificuldades precisam ser adequadamente identificadas para que os Surdos possam viver em um mundo mais acessível, com menos olhares de estranhamento, de preconceito e de ignorância sobre sua diferença. Segundo Lombardi & Sahr (2015, p.560-561):

Acessibilidade significa, no discurso do Estado, permitir que as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida participe de atividades que incluem serviços, lazer, educação, saúde, participação no mercado de trabalho, entre outros. Para tanto, é necessária infraestrutura adequada no espaço urbano, das habitações e dos veículos próprios. Assim, a acessibilidade deve ser ampliada para as diversas áreas de atuação das pessoas deficientes, ou seja, nos seus espaços cotidianos, com a finalidade de ampará-las e incluí-las cada vez mais na vida social.

No que se refere aos Surdos, acessibilidade e inclusão espacial se complementam. A acessibilidade – o acesso dos Surdos aos lugares da cidade (fisicamente) – não necessariamente permite o uso adequado dos serviços. Por exemplo, para um cadeirante, uma rampa de acesso pode lhe permitir assistir a um show ou se comunicar de forma adequada com um médico. No caso dos Surdos, as tecnologias podem auxiliar, mas não resolvem por si só. A acessibilidade e inclusão, no caso dos Surdos, precisam ser mais bem discutidas, porque não se trata de uma questão que possa ser resolvida unicamente através de uma adaptação físico-material-tecnológica no espaço, mas de um conjunto de fatores que envolvem mudanças materiais e físicas, mas principalmente socioculturais.

De modo geral, o espaço urbano, para melhor atender a essa comunidade, necessita de uma maior disponibilidade de informações visuais, de incorporações tecnológicas, da ampliação da Libras e disponibilidade de intérpretes nos diversos serviços de saúde, de segurança, de trabalho, de transporte, de lazer, de comércio e de uma educação que favoreça o conhecimento da Libras pela população ouvinte e, como consequência disso tudo, haja uma diminuição do preconceito. Mas, no cenário urbano brasileiro, muitos espaços ainda são excludentes e poucos espaços são realmente inclusivos aos Surdos do ponto de vista da comunicação. Isso afeta a organização socioespacial desses sujeitos que precisam se adaptar aos espaços e continuamente fazer escolhas, reorganizar suas rotas em uma cidade que é, em grande parte, organizada para os ouvintes. Nesse sentido, é preciso ampliar – na perspectiva da cidade inclusiva – os espaços de diálogo, inclusive fora do âmbito acadêmico, com os Surdos para que eles possam desempenhar um papel ativo nas discussões de suas próprias dificuldades e não ficarem apenas como meros receptores passivos de decisões e dos serviços.

Para contornar esses entraves, são necessários, por exemplo, serviços e empresas variadas (como hospitais, escritórios de advocacia, delegacias, salão de beleza, imobiliárias, autoescolas, de turismo e transporte etc.) com atendimento em Línguas de Sinais, canais de TV com legendas em tempo real nos noticiários, espaço para artistas Surdos, oportunidade de ensino técnico superior, graduação e pós-graduação. São mudanças que já aconteceram em outros lugares do mundo. Um exemplo é a cidade de Manchester, nos EUA, que é considerada

uma cidade “amiga dos Surdos”<sup>9</sup> por disponibilizar todos esses e outros serviços na cidade voltados para o atendimento de pessoas Surdas. Tudo isso colabora para se afirmar que, se as barreiras da comunicação forem eliminadas ou minimizadas, os Surdos podem produzir e participar da sociedade de forma plena e ativa.

O desenvolvimento e o uso de novas tecnologias também devem ser considerados, pois muitas tecnologias estão favorecendo a integração socioespacial e comunicacional dos Surdos na cidade. De acordo com Andrioli & Campos (2013), uma das principais contribuições das Tecnologias Digitais para as pessoas Surdas é o fato de facilitar a comunicação com o mundo, tirando-os do isolamento em que viveram durante tanto tempo. Antes, enquanto os ouvintes estavam livres e se comunicando, os surdos estavam fechados no mesmo espaço social, convivendo apenas com a família. Hoje, os Surdos transitam, circulam pela cidade do mesmo modo que ouvintes, e se misturam. A evolução tecnológica pode ser ampliada nas cidades e direcionada para o Surdo, levando-os para uma ampla vivência do urbano. Existem exemplos de cidades no Brasil que começam a disponibilizar Totens para os Surdos em espaços públicos como shopping centers e aeroportos. Essas tecnologias favorecem a maior autonomia desses indivíduos e possibilitam o acesso às informações e, conseqüentemente, uma maior participação social.

Assim, a acessibilidade nas cidades é um problema que deve ser abordado de forma multidisciplinar para que, de fato, dê-se às pessoas Surdas a efetiva inclusão, ou seja: autonomia e atendimento efetivo nos diferentes serviços (saúde, educação, órgãos públicos, bares, lojas, restaurantes, hotéis etc.), de forma humanizada, resolutiva e com equidade. O sujeito Surdo, geralmente, pode acessar os lugares com facilidade, mas ele não se sentirá incluído se não puder se comunicar, se não for compreendido<sup>10</sup>. Logo, é necessário ampliar o debate para discutir a acessibilidade e a inclusão dessas pessoas nas cidades. Faz-se necessário inverter a lógica do pensamento e lançar um olhar não em pessoas com deficiências, mas em uma cidade que se mostra deficiente para atender plenamente às pessoas, sejam elas ouvintes ou não.

### **3. Reflexões Finais**

Este artigo procurou refletir, de forma introdutória, sobre a necessidade de discutir a inclusão dos Surdos na cidade e realizar uma abordagem particularizada do olhar desses sujeitos sob o espaço urbano. É necessário pensar a cidade contemporânea de modo a incluir as necessidades de grupos específicos da sociedade. Para isso, é fundamental questionar o próprio modo de pensar a cidade e reconhecer a pluralidade de agentes sociais e seus repertórios. Essa cidade – que é organizada pelas pessoas e para as pessoas – se configura deficiente para atender às mais variadas necessidades dos sujeitos.

É fundamental que a teoria sobre a cidade contemporânea e inclusiva não seja um apanhado de definições e discussões utópicas, mas que essas definições possam ser vistas

---

<sup>9</sup> Por um estudo americano que analisou e mapeou a existência e a adequação de instalações urbanas para o uso dos Surdos daquele país. <https://www.deaf411online.com/reports/index.php>

<sup>10</sup> A inclusão envolve tudo, tanto a acessibilidade quanto a quebra de barreira atitudinal (atitude que exclui).

como um espectro da maneira como a cidade é estudada e assim possamos avançar para debater as lacunas que vão sendo deixadas e como o estudo do espaço pelas práticas das minorias, no caso os Surdos, vai revelando as dificuldades. Isto posto, é preciso expressar o que é o espaço dos Surdos no espaço planejado por pessoas que ouvem. Espaço e comunicação podem ser a senha para a reflexão sobre a cidade e a surdez na contemporaneidade.

Hoje, a cidade para os Surdos não é a cidade do passado. Os Surdos não precisam mais viver como “clandestinos” na própria cidade, eles querem o mesmo que os ouvintes e tudo aquilo que a cidade pode oferecer. Isso passa necessariamente pela difusão do ensino da língua de sinais, a fim de que se possa ter mais falantes em mais lugares. Logo, a organização da Comunidade Surda e a participação de representantes Surdos no planejamento urbano se faz fundamental.

Atualmente, as pessoas com deficiência estão sendo pouco consideradas quando se trata de uma análise do ponto de vista da Geografia. É importante, inclusive, diante da resistência de colegas pesquisadores, trazer à tona esses novos temas, pessoas e territorialidades. Os estudos urbanos devem ser questionados se também estão indo ao encontro das necessidades e inquietações que nos rodeiam nessa cidade dita contemporânea. Nesse sentido, os Surdos, caminheiros comuns de uma cidade complexa e planejada por pessoas predominantemente ouvintes, começam a aparecer para reorganizar os espaços e alterar os usos dos equipamentos urbanos por meio das suas demandas.

Nosso maior desafio, portanto, é trazer para discussão, peculiaridades da Geografia dos Surdos e a necessidade de considerá-la no planejamento urbano e nos debates sobre inclusão e acessibilidade socioespacial. A acessibilidade e a inclusão devem se dar tanto aos espaços físicos, por meio do acesso à informação e aos serviços, como na vida social e na forma da sociedade conviver com os Surdos. É importante inverter a lógica do pensar e a maneira de encarar a deficiência, resgatando o sujeito e direcionando o olhar para o espaço que é o verdadeiro possuidor de uma deficiência.

Compreender as dificuldades das minorias para a vivência do urbano é um importante passo para ampliar o entendimento do que é acessibilidade e inclusão na perspectiva dos diferentes sujeitos, nas cidades cada vez mais complexas, impessoais e dinâmicas. A cidade contemporânea, para ser inclusiva, vai exigir dos planejadores, gestores e pesquisadores um olhar que se aproxime dos sujeitos e inclua a pessoa, suas necessidades e seus sentimentos, logo, a Geografia pode ser de grande auxílio no fortalecimento dessas abordagens. A discussão sobre os Surdos e as dificuldades que enfrentam no cotidiano urbano constituem campos férteis para uma Geografia que deseja, assim como a cidade, ser contemporânea.

#### 4. Referências

- Andrioli, M.G.P, Vieira, C.R, & Campos, S.R.L. (2013). Uso das tecnologias digitais pelas pessoas surdas como um meio de ampliação da cidadania. *VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. 1793-1804. Londrina.
- Brito, F. B. de. (2013). O movimento surdo e suas configurações discursivas nas lutas por direitos sociais e linguísticos no Brasil (2018), Faculdade de Educação - USP, (p. 276).
- Cosenza, Izabela Fernandes, e Resende, Ana Paula Crosara de. (2006). “A cidade e as pessoas com deficiência: barreiras e caminhos”. *Sociedade & Natureza*, 18 (35), 23–34.
- Gulliver M. e Mary Kitzel. (2015). “Deaf Geography , an introduction”, september.
- Kapp, S. (2012). Direito ao espaço cotidiano : moradia e autonomia no plano de uma metrópole Imaginar a cidade. *Metrópole*, 14 (28), 463–483.
- Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 24, 109–123.
- Lima, E. L. de. (2014). Encruzilhadas Geográficas notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social critica.
- Lombardi, A. P., Luiza, C., e Sahr, L. (2015). Por uma “Geografia da Deficiência”: Contribuições para a construção de um planejamento urbano inclusivo. *XI Encontro Nacional da ENAMPEGE*, 550–561.
- Marques, C. A., e Rasteiro, D. M. S. (2018). Learning how to planning inclusive city. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 18 (1), 141–154.
- Olivera Poll, A. (2006). Discapacidad, accesibilidad y espacio excluyente: una perspectiva desde la Geografía Social Urbana. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, (61), 326–343.
- Rosnay, Joel de. (1975). O Macroscópio Para uma Visão Global. *org. Estratégias Criativas*. Vila de Nova de Gaia (Portugal).
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. (2006). 1 Cultura, poder e educação de surdos. Paulinas. São Paulo.
- Sacks, O. (2010). Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos (C. Das Letras, org.).
- Santos, M. (2006). A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. In U. de S. Paulo (Org.), *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (4º ed). São Paulo.
- Santos, Adriana Tonellotto dos. (2008). “O Espaço Geografico, os Surdos e os Processos de Inclusão/Exclusão Social na Cidade de Santa Maria/RS”.: 123.
- Secchi, B. (2005). Primeira Lição de Urbanismo - Bernardo Secchi.pdf. São Paulo: Perspectiva.
- Silva, J. M. (2000). Abordagem Da Pequena Cidade. *Revista de História Regional*, 5 (2), 9-38.
- Silva, Claudionir Borges da. 2005. “Cultura surda: território e territorialidades de resistência”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*: 14321–35.
- Skliar, C. (1998). A Surdez: um olhar sobre as diferenças (Mediação, org.). Porto Alegre.
- Vanin, F. S., & Tartarotti, A. S. (2017). Cidades inclusivas: os critérios de acessibilidade e a revisão do plano diretor nos municípios. *2º Congresso de Responsabilidade*

*Socioambiental*, 24–43.